

A questão indígena nas páginas dos jornais sob a ótica do jurista Antonio Selistre de Campos - 1940 a 1950

Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi¹

Texto apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo RS,
Seminário Temático *Os Índios na História: Fontes e Problemas*, 15-20 de julho de 2007
Favor citar corretamente!

Resumo: Com base em periódicos, especialmente o Jornal “A Voz de Chapecó”, pretende-se abordar a questão indígena e suas repercussões a partir dos relatos jornalísticos do jurista Antonio Selistre de Campos. Nascido em Santo Antonio da Patrulha/RS, formou-se em Direito em Porto Alegre/RS e a partir de 1931, já nomeado Juiz de Direito, optou morar definitivamente em Chapecó/SC, após passar por outras localidades do mesmo Estado. Como um dos fundadores do jornal “A Voz de Chapecó”, Antonio Selistre de Campos trazia à comunidade local a situação dos indígenas da região, os Kaingáng, abordando questões sobre a saúde, educação e terra.

Palavras-chave: Kaingáng, Antonio Selistre de Campos, Periódicos, *A Voz de Chapecó*, Memória, Etno-história.

Abstract: Based on periodicals, especially the newspaper “A Voz de Chapecó”, an attempt is made to broach the indigenous issue and its repercussions from the journalistic reports by legal scholar Antonio Selistre de Campos. Born in Santo Antonio da Patrulha/RS, he graduated in Law in Porto Alegre/RS, and from 1931 on, having been appointed Judge, he chose to take up permanent residence in Chapecó/SC, after having lived in other locations in the same State. As one of the founders of “A Voz de Chapecó”, Antonio Selistre de Campos brought the situation of the region’s indigenous people, the Kaingáng, before the local community, dealing with health, education, and land issues.

Keywords: Kaingáng, Antonio Selistre de Campos, Periodicals, *A Voz de Chapecó*, Memory, Ethno-history.

Contextualização

O periódico *A Voz de Chapecó*, jornal intitulado *semanário independente*, com uma média de quatro a seis páginas por número, circulava aos domingos abrangendo a cidade de Chapecó e região. Fundado em 03 de maio de 1939 publicava eventualmente edições comemorativas chegando a 10, 12 páginas.

¹ Mestranda em História Cultural sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Lucia Vulfe Nötzold pelo Programa de Pós-Graduação em História/UFSC, bolsista CAPES, pesquisadora do LABHIN/Laboratório de História Indígena/UFSC.

Este jornal apresenta características peculiares ao ser privilegiado como fonte enquanto veículo que publicou artigos contemplando a temática indígena, destacando-se o fato de Antonio Selistre de Campos ter sido um dos integrantes do grupo de fundadores do jornal, o que favoreceu a liberdade no conteúdo de seus escritos e o apoio dos fundadores que por sua vez também desempenhavam a função de prefeito, vereador e deputado.

Entre as notícias veiculadas no jornal estavam os artigos de Antonio Selistre de Campos Juiz de Direito que atuou na Comarca de Chapecó de 1931 a 1947². Os temas abordados eram os mais variados vinculados à magistratura, política internacional e comunismo, política nacional, sobre a grafia da palavra Chapecó/Xapecó e sobre os indígenas da região: os Kaingáng do Oeste Catarinense.

Ao trazer à público estes artigos lembrava à população local a existência do *Nosso vizinho Kaingáng*³. As fontes demonstram que foi o tema de maior frequência redigido por Antonio Selistre de Campos, que pode ser considerado um dos maiores defensores dos Kaingáng apontando as necessidades da etnia relacionadas à saúde, educação e terra.

A metodologia aplicada a este estudo é da etno-história, da história oral e da memória. Antonio Porro discorre que a etno-história:

está se constituindo; é a história dos grupos indígenas escrita a partir das notícias deixadas pelos primeiros cronistas e, para as tribos contactadas mais recentemente, também a partir das tradições orais indígenas. Mas é principalmente a história vista de uma perspectiva antropológica, que procura reconstruir o mundo indígena em toda a sua diversidade, através da arqueologia e da observação etnográfica, da história documental e da história oral, da lingüística e da mitologia. (PORRO, 1995: 17).

Entre as fontes utilizadas para a realização desta pesquisa estão Baldus, Mabilde, Métraux, Borba, O Jornal *A Voz de Chapecó* que são cotejados com teóricos a exemplo de

² Antonio Selistre de Campos (1882-1957) se aposentou em 1947 optando em permanecer na cidade de Chapecó/SC. Seu óbito ocorreu em dezembro de 1957. Até esta data permaneceu redigindo e publicando artigos em diferentes jornais de Santa Catarina sobre a temática indígena.

³ Uma analogia ao livro *Nosso vizinho Kaingáng*, editado pela Gráfica da UFSC, com apoio da PRCE, de autoria da Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold. A obra é resultado das pesquisas a campo desenvolvidas pelo LABHIN junto à Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê da T. I. Xapecó/SC. Dividido em três capítulos, traz em sua narrativa parte da trajetória histórica do povo Kaingáng abordando a implantação do ensino diferenciado, as primeiras populações humanas em Santa Catarina, os primeiros contatos.

Halbwachs, Meihy, Portelli, e as pesquisas de campo na T.I. Xapecó/SC por ocasião da realização de entrevistas de história oral.

Através das entrevistas com os indígenas de diferentes idades, entre os mais velhos e mais jovens, registra-se suas lembranças, seus esquecimentos. Este procedimento permite perceber certo hiato em suas memórias repercutindo na história da comunidade entre as diferentes gerações devido a uma interrupção da tradição oral, causada algumas vezes pelo falecimento dos mais velhos. As entrevistas permitem ainda a comparação no tempo presente com documentos de época, aqui especificamente, os artigos jornalísticos de Antonio Selistre de Campos a fim de observar as permanências e reelaborações de suas memórias.

Neste sentido a história oral marca “o cruzamento de experiências sociais e se tornam ponto de referência para a análise do andamento coletivo” apresentando-se como um processo circular ora “partindo do estado oral da palavra para se tornar um documento escrito, outras vezes derivando do escrito e sendo questionada”. (MEIHY, 2005: 42-43, 30).

A indissociabilidade da metodologia da história oral e memória contemplam a função social no registro da história dos Kaingáng, que ao se reconhecerem em suas narrativas, acessarem a própria história documentada, lhes desperta um sentimento de orgulho causando efeito positivo na auto-estima do grupo étnico. Segundo Tedesco “o objetivo do grupo é manter sua identidade através da memória” (TEDESCO, 2001: 22).

A valorização da própria cultura influencia a auto-estima do grupo contribuindo para minimizar a distância e o preconceito entre etnias diferenciadas pelas suas especificidades.

Os Kaingáng do Oeste Catarinense

Os Kaingáng fazem parte do grupo lingüístico Jê. Esta classificação foi sendo construída a partir do século XX por Von Martius que destacou do bloco das línguas Tapuya a família Jê (NASCIMENTO, 2001: 42-43).

O território geográfico ocupado pelos Kaingáng abrange os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Estado Catarinense além dos Kaingáng encontram-se os Xokleng e os Guarani.

Os Kaingáng estão entre os maiores grupos indígenas no Brasil contando aproximadamente 20 mil pessoas distribuídas em 28 Terras Indígenas nos Estados brasileiros acima citados (NOTZOLD, 2003: 16).

Este estudo elegeu os Kaingáng da Terra Indígena Xapecó/SC no acompanhamento e compreensão da trajetória histórica desta etnia. A Terra Indígena Xapecó tem essa denominação por localizar-se no cruzamento dos rios Chapecó e Xapecozinho, no Oeste

Catarinense, situando-se entre os municípios de Ipuauçu e Entre Rios, destacada no mapa abaixo:

Mapa de Santa Catarina e localização da Terra Indígena Xapecó/SC



Fig.1. Mapa de domínio público adaptado por Marcos Antônio da Silva, Mestre em História Cultural, UFSC/SC.

O decreto n.º 7, de 18 de Junho de 1902⁴, que deu origem à T. I. Xapecó/SC foi assinado pelo então Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, pois nesta época a região pertencia ao Paraná. Inicialmente, conforme o decreto, esta área originalmente delimitada em aproximadamente 25 mil hectares, encontra-se na atualidade reduzida em 15.623 hectares com aproximadamente 4.500 indivíduos (NOTZOLD, 2004: 5).

A T. I. Xapecó é sede de 16 aldeias⁵: Jacu – Sede do Posto, Olaria, Serrano, Cerro Doce, Pinhalzinho, Água Branca, Fazenda São José, Matão, Paiol de Barro, Barro Preto, Limeira, Guarani, Baixo Samburá, Placa, Pinheirinhos e João Veloso.

Um dos primeiros registros sobre a denominação dos Kaingáng está datado de 1882 e foi registrado por Telêmaco Borba em um artigo intitulado *Breve notícia sobre os índios Caingangs, conhecidos vulgarmente por Coroados e que habitam no território da Província do Paraná*. Posteriormente, em 1904, Borba publica na Revista do Museu Paulista, o artigo *Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná*, já usando a grafia com K e não mais com C:

O primeiro que deu-lhes o verdadeiro e genérico nome de Kaingangues penso que fui eu.

Os que aldearam no Jatahy chamam-se “Kaingangues-pê”, isto é, Kaingangues legítimos, verdadeiros; mas, entre elles distinguem-se em Camés, Cayurucrés e Kaingangues. Os que habitam nas imediações de Guarapuava e Palmas chamam-se Camés. Os da zona compreendida entre os rios Piquiri e Iguassu Xocrés, e os da

⁴ Documento foto copiado, doação Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Vulfe Nötzold ao LABHIN.

⁵ Atualização conforme relato de história oral do Prof. Kaingáng Getúlio Tójt'fã Narsizo, à Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Vulfe Nötzold, quando em pesquisa de campo à T. I. Xapecó/SC em 25/04/2007.

margem direita do Paranapanema “Nhakfáteitei”. Entretanto, falam todos a mesma língua, usam as mesmas armas e utensílios e têm os mesmos costumes (TOMASINO, MOTA, NOELLI, 2004: 4-5).

No século XVII eram conhecidos por Gualachos, Chiquis. No final do Século XIX por Guaianás e Coroados, esta era uma denominação atribuída por agentes do Estado, por religiosos e pela população que os envolvia, pois cortavam os cabelos ao modo dos coroinhas franciscanos. O significado do etnônimo Kaingáng, atribuição nominal da própria etnia, que no idioma português significa Índio, conforme anotações do Frei Luiz de Cimitile, citado por Mota, “... a si mesmos chamassem *Caingang*, que em língua portuguesa quer dizer Índio...” (TOMASINO, MOTA, NOELLI, 2004: 3-6).

A temática indígena e suas repercussões a partir dos artigos de Antonio Selistre de Campos

A partir de 1939, com a fundação do jornal *A Voz de Chapecó*, Dr. Antonio Selistre de Campos trazia à comunidade local a situação já conhecida dos Kaingáng da região, enfatizada através dos artigos que redigia.

Percebe-se nestes artigos jornalísticos a intenção de esclarecer e informar os leitores procurando diminuir o estranhamento entre culturas diferenciadas, através do conhecimento. Estes estranhamentos foram intensificados a partir dos primeiros contatos dos Kaingáng com os colonizadores da região e a ocupação de terras a partir do século XIX, em que tanto indígenas quanto não-indígenas entraram em conflitos. As conseqüências destes atos foram mortes, violência, preconceito, discriminação de ambos os lados, causados por atitudes que visavam à defesa perante aquilo que não se conhecia. Desta forma, os artigos publicados vêm a contribuir na tentativa de esclarecer quanto à existência dos Kaingáng que já ocupavam a região antes dos colonizadores chegarem ao oeste catarinense.

No manuseio das fontes, percebe-se que os diversos artigos escritos por Antonio Selistre de Campos em defesa dos Kaingáng repercutiram na região, contrapondo aliados e opositores.

Neste *paper* destaca-se a temática da terra que foi assunto de pauta na sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Ata de nº. 134, em 04/11/1948, publicada no Jornal *O Estado* de Florianópolis, edição nº. 10.384 em 05/11 do mesmo ano. Na primeira página do jornal, observa-se no título da reportagem a defesa aos Kaingáng:

NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Indicação dos sr. Orty Machado. – O sr. Cide Ribas defende os Índios Coroados. – Moção de aplausos ao sr. Alfredo Campos. – O sr. Armando Calil e o porto de Laguna. – emendas apresentadas ao projeto de orçamento, pelo sr. Estivallet Pires. – outras notas.* (O ESTADO, 05/11/1948:1. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Sem Grifo no original).

Na ocasião, o deputado Cid Ribas, representante do município de Chapecó, apresentava o problema mencionado nos artigos de Antonio Selistre de Campos, sobre a ameaça de posse da terra ocupada pelos Kaingáng às margens do Rio Chapecó. Na deliberação da sessão foi requerido e aprovado o envio de telegramas ao Ministro da Guerra, a quem o SPI/Serviço de Proteção aos Índios, hoje FUNAI/Fundação Nacional do Índio, estava subordinado e ao Inspetor Regional do SPI em Curitiba cujo teor continha manifestos de protestos, solicitando que não fosse permitida a efetivação de medidas constantes em acordo firmado entre o SPI e o advogado de Alberto Berthier de Almeida, requerente das terras ocupadas pelos indígenas.

Dentre os artigos que originaram o tema das terras ser pauta na Assembléia de 04/11/1948, destacamos o intitulado *O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS PASSA A SER DE PERSEGUIÇÃO AOS INDIOS DE CHAPECÓSINHO*. O título em caixa alta, na primeira página do jornal de 24/10/1948 trazia pequena retrospectiva histórica da ocupação de terra dos Kaingáng pautado pelo Decreto nº. 7 de 1902, já citado, que reservava a área aos indígenas; a intenção de Alberto Berthier de Almeida em tomar as terras dos Kaingáng requerendo título de propriedade e a atuação do SPI que ao invés de defender os direitos indígenas os perseguia. Antonio Selistre de Campos, na linguagem da conjugação verbal da época dizia que o

S.P.I. significa: Serviço de Perseguição aos Índios, mas fiquem todos certos: isto não será impunemente, queremos dizer, será com o nosso protesto, pela imprensa e por todos os meios que estejam ao nosso alcance.

Essa preblenda é uma espoliação aos pobres índios e um assalto ao Patrimônio Nacional. (A Voz de Chapecó, 24/10/1948. Acervo CEOM).

Na edição seguinte do dia 31/10 o assunto sob o título *S. P. I. SIGNIFICA/SERVIÇO DE PERSEGUIÇÃO AOS INDIOS*, onde os escritos dão seqüência ao fato, passando a ser o tema de maior freqüência nos artigos publicados por Antonio Selistre de Campos e veiculados

nos jornais *A Voz de Chapecó*, *O Imparcial*, *Jornal do Povo* todos da cidade de Chapecó/SC e também no jornal *O Estado* de Florianópolis/SC.

Na edição d'A *Voz de Chapecó* de 14/11/1948 são publicadas duas matérias sobre o assunto da Assembléia sob os títulos: *O S. P. I. E OS INDIOS CAINGANGS DE CHAPECÓ* onde aparece a manifestação da Câmara de Vereadores local e *Defesa Dos Indios De Chapecó* com a transcrição do telegramas enviados. Ambos os artigos sem assinatura.

Em 28/11 *A Voz de Chapecó* publicou pequena nota intitulada *SERVIÇO DOS INDIOS* relatando que os jornais, *Diário da Manhã* de Passo Fundo/RS e *A Voz da Serra* de Erechim/RS, datados ambos de 14/11/1948 publicaram na íntegra o editorial sobre o *Serviço de Proteção ou Perseguição aos Índios de Chapecósinho*.

A descrição das fontes aponta para a reflexão da repercussão gerada pelos artigos fazendo com que autoridades tomassem conhecimento do fato uma vez que o SPI não estava cumprindo com a sua missão de proteger os indígenas em seus direitos.

Argumentos Conclusivos

Os registros deixados por Antonio Selistre de Campos tiveram sua função social por conterem narrativas de denúncia pública ao abordar problemas relativos à educação, saúde e ao tema apresentado neste artigo, a terra.

Foram 18 anos de publicações não só no jornal *A Voz de Chapecó*, mas também nos jornais *O Imparcial* e *Jornal do Povo* todos os três da cidade de Chapecó/SC e no jornal *O Estado* de Florianópolis/SC.

Os fatos da história dos Kaingáng do oeste catarinense demonstrados nos artigos, fonte utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, repercutiram nas cidades de Passo Fundo e Erechim do Estado do Rio Grande do Sul, além de telegramas e cartas enviados a jornais da cidade do Rio de Janeiro/RJ (*A Voz de Chapecó*. 07/11/1948), complementados com cartas relatórios dirigidas às autoridades da época: Irineu Bornhausen - Governador do Estado de Santa Catarina (1950 – 1955), Marechal Cândido Rondon/Diretor do SPI (1910 – 1939) e Juscelino Kubitschek/Presidente da República (1956 – 1961).

Fontes e Bibliografia

Ata da Assembléia Legislativa nº. 134, de 04/11/1948. Acervo Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina – Florianópolis – SC.

A Voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939 a 1952. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). Chapecó: Argos, 2004.

Jornal *A Voz de Chapecó*. Edição nº. 206 de 24/10/1948. Acervo CEOM.

Jornal *A Voz de Chapecó*. Edição nº. 207 de 31/10/1948. Acervo CEOM.

Jornal *O Estado*. Edição nº. 10.384 de 05/11/1948. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Florianópolis - SC.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5ª ed. Ver. Ed. ampl. São Paulo: Loyola, 2005.

NASCIMENTO, Ernilda Souza do. *Há vida na história dos outros*. Chapecó: Argos, 2001.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. *Nosso vizinho Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (Org.). *O ciclo de vida Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004.

PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. RJ: Vozes, 1995.

TEDESCO, João Carlos. *Memória e Cultura. O coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos*. 1ª ed. Edições EST: Porto Alegre, RS, 2001.

TOMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva (Orgs). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingáng*. Londrina: Eduel, 2004.